MENSAGEM Nº 16/17

Senhor presidente,

Tenho a renovada satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, para a apreciação dessa veneranda Câmara Municipal, o Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018-2021, estabelecendo as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as despesas relativas aos programas de duração continuada, em consonância com as disposições do parágrafo 1º do artigo 161 da Lei Orgânica do Município, em simetria com as normas pertinentes da Constituição da República.

Nossa satisfação deve-se, em grande medida, a dois motivos. O primeiro deles é que estamos encaminhando o nosso segundo PPA, já que, em outubro de 2016, tivemos o mandato renovado, ainda no primeiro turno, para mais quatro anos à frente do Executivo Municipal. O segundo motivo, ainda maior, é que o trabalho desenvolvido no quadriênio contou com a categórica aprovação da população de Salvador, conforme atestaram os resultados das eleições e vários indicadores, das mais diversas áreas, que evidenciam os avanços da Capital ao longo desses anos.

Há quatro anos, assumimos o mandato conscientes do grande desafio que se colocava: Salvador era uma cidade abandonada, com imensuráveis problemas envolvendo pavimentação, limpeza, iluminação pública e serviços essenciais de saúde e educação, interrompidos ou oferecidos de maneira precária, gerando justas reclamações e muito desalento. A população soteropolitana, reconhecida por sua alegria e espontaneidade, enfrentava um momento difícil que se refletia, inclusive, na baixa-autoestima disseminada por toda a cidade. Cenário penoso que convergia com a caótica situação das contas públicas, com a falta de rumo da gestão anterior e com a completa ausência de planejamento.

O desafio foi aceito e enfrentado com determinação. Desde o início do mandato assumimos o compromisso de equilibrar as contas públicas, otimizar os gastos, aprimorar a arrecadação e captar recursos recorrendo a fontes internas e externas. Ao longo do mandato, as finanças foram reequilibradas e a Prefeitura de Salvador resgatou sua capacidade de investimento. Os compromissos de campanha foram se tornando realidade, ainda que sem apoio dos governos federal e estadual.

Conscientes do que foi realizado e dos desafios que se renovam neste quadro difícil da conjuntura nacional, apresentamos o PPA 2018-2021 cientes de que preparamos a capital baiana para dar um salto em direção a um futuro melhor para todos os soteropolitanos. Embora os efeitos da crise econômica ainda se façam sentir, inclusive com perspectiva de crescimento lento nos próximos anos, o esforço para organizar as finanças municipais permite à

Prefeitura promover investimentos, reduzindo a dependência de repasses de outros entes. Essa realidade era impensável há quatro anos, quando a administração municipal acumulava déficits e enfrentava uma severa crise de credibilidade.

Considerando que, isoladamente, a Prefeitura de Salvador é incapaz de promover todos os investimentos necessários, recorremos, ante a magnitude dos problemas, a estratégias fundadas no bom-senso e em soluções construtivas e abrangentes. São exemplos a atração de recursos privados, a articulação de parcerias com a iniciativa privada e o fomento às atividades com potencial indutor da geração de emprego e renda.

Com base nessas estratégias, nossa expectativa é que o Plano Plurianual 2018-2021 mobilize um montante da ordem de R$ 33,990 bilhões, dos quais R$ 30,255 bilhões são recursos orçamentários, enquanto R$ 3,735 bilhões são extraorçamentários. Dessa soma, o total de recursos considerados livres alcança R$ 12,994 bilhões. Na sequência, para saúde e educação estão disponibilizados R$ 5,886 bilhões e R$ 4,961 bilhões respectivamente de recursos legalmente vinculados e/ou captados mediante convênios e operações de créditos.

Uma fonte fundamental de recursos para o PPA que se inicia são os convênios e as operações de crédito internas e externas. É necessário ressaltar, mais uma vez, que a Prefeitura de Salvador está se credenciando para ter acesso a esses recursos em função da gestão fiscal responsável adotada a partir de 2013, quando o equilíbrio das contas públicas se tornou uma questão central. É dessa forma que, o PPA 2018-2021, prevê a captação R$ 984,1 milhões na forma de convênios. Desse total, R$ 282 milhões referem-se a transferências para a área de educação e R$ 73 milhões serão destinados à saúde, sobretudo para aplicação em reforma e ampliação de unidades de atendimento.

As operações de crédito externas e internas, por sua vez, serão responsáveis pelo aporte de R$ 2,2 bilhões nos próximos quatro anos. As operações internas vão superar R$ 1 bilhão, com destaque para os recursos oriundos da Caixa Econômica Federal (R$ 955 milhões) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que será responsável pelo repasse de R$ 101,6 milhões. Esses recursos serão aplicados em áreas como drenagem e esgotamento sanitário, implantação do primeiro e segundo trechos do BRT (bus rapid transit) e em terminais de ônibus, sinalização e passarelas, melhorando a infraestrutura e a mobilidade na capital baiana.

As operações de crédito externas alcançarão R$ 1,2 bilhão, captado junto a três instituições: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com montante estimado em R$ 334,3 milhões; o Banco Mundial, cujo valor alcança R$ 660 milhões e o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, que vai repassar o montante de R$ 190,6 milhões. Esses recursos serão destinados a ações fundamentais em Salvador, como a requalificação da orla marítima e do jardim botânico, a implantação do Museu da Música e melhorias urbanas no Centro Antigo, além da recuperação da sub-bacia do

Mané Dendê, no Subúrbio Ferroviário, uma das mais importantes intervenções até 2021.

No que se refere à sua estrutura, o PPA 2018-2021 está assentado em oito eixos estratégicos – sete do Executivo e um vinculado ao Legislativo – que abrigam um total de 17 programas e 277 ações (projetos e atividades finalísticas). A sua elaboração envolveu importantes avanços metodológicos e processuais, e foi subsidiada por documentos e planos elaborados ao longo dos últimos quatro anos. A metodologia contemplou a redução do número de programas, tomando-se como foco problemas complexos que serão enfrentados a partir da ação multissetorial dos órgãos da Prefeitura. Essa nova perspectiva possibilitará uma atuação mais articulada, integrada e sinérgica, o que favorecerá a resolução dos problemas ou o aproveitamento de oportunidades diagnosticadas na fase de elaboração dos programas. Os eixos estratégicos assim como os programas de governo são transversais e podem combinar ações nas áreas social, econômica e de gestão.

O eixo Desenvolvimento Urbano e Econômico foca nas questões do espaço urbano, na geração de emprego e renda e na atração de investimentos. A expectativa é que sejam aplicados nos programas e ações que integram esse eixo o total de R$ 5,8 bilhões em quatro anos, estimando-se um investimento de R$ 2,3 bilhões em recursos orçamentários e mais R$ 3,5 bilhões oriundos de fontes extraorçamentárias, o que inclui aportes significativos da iniciativa privada, a partir da atração de novos empreendimentos.

O eixo Qualidade de Vida prioriza a saúde, o bem-estar, os esportes e o lazer. Nele, serão investidos R$ 2,1 bilhões em recursos orçamentários. O eixo Desenvolvimento Humano abrange a educação e a cultura como temas essenciais, com previsão de absorção de R$ 824,9 milhões no próximo quadriênio, com R$ 819,9 milhões oriundos de fontes orçamentárias.

O eixo Desenvolvimento Social foca as ações de promoção social e redução das desigualdades, com dotação total estimada em R$ 523,6 milhões, exclusivamente com recursos orçamentários. O eixo Desenvolvimento de Serviços Urbanos, que trata da mobilidade e da oferta de serviços públicos, disporá de um montante de R$ 2,7 bilhões, sendo que as fontes orçamentárias totalizarão R$ 2,5 bilhões no intervalo.

A gestão pública e seus subtemas incorporaram-se ao eixo Desenvolvimento Institucional e Engajamento do Cidadão, sendo responsável pelo mais elevado montante de recursos: R$ 21 bilhões. Por fim, o sétimo eixo do Poder Executivo, Sustentabilidade e Resiliência, concentra suas ações na questão ambiental e em ações de defesa civil. Ele contará com R$ 306,4 milhões para o próximo quadriênio.

Importa ressaltar que, do total de programas definidos para o Plano, 15 estão vinculados ao Poder Executivo e dois ao Poder Legislativo. Entre os programas que abrigam as ações do Executivo, apenas um ampara a manutenção da máquina administrativa, enquanto os demais reproduzem as propostas de intervenções finalísticas da gestão municipal.

No que se refere aos recursos destinados aos programas, a educação vai contar com R$ 800 milhões, através do programa Combinado – Acesso e Qualidade na Educação, destacando-se entre as intervenções a construção ou reconstrução de 45 unidades de educação infantil e, também, o aparelhamento de 452 escolas municipais. No eixo Qualidade de Vida, o programa Saúde ao Alcance de Todos totaliza R$ 1,7 bilhão em recursos orçamentários, com destaque para a conclusão das obras do Hospital Municipal e a construção e implantação de 56 novas unidades do Programa de Saúde da Família, ampliando o atendimento na atenção básica, importante objetivo desta gestão.

O programa Mobilidade Urbana Integrada, Segura e Acessível contará com recursos de dois eixos distintos: R$ 1,5 bilhão do eixo Desenvolvimento de Serviços Urbanos e R$ 887,9 milhões do eixo Desenvolvimento Urbano e Econômico. Entre as intervenções, destaca-se a implantação do BRT, a implantação de infraestrutura viária e a repavimentação de vias. O programa Habitação e a Inclusão Social contará com R$ 232,9 milhões, destacando-se 53 mil melhorias habitacionais a serem realizadas e a regularização fundiária de 30 mil moradias.

No eixo Desenvolvimento Urbano e Econômico, o programa Espaço Urbano Estruturado e Sustentável vai contar com R$ 1,4 bilhão. Participando de dois eixos, destacam-se neste Programa as intervenções com construção e requalificação de espaços urbanos, obras de saneamento e drenagem e ações de paisagismo. O destaque do programa Estímulo aos Negócios, Emprego e Renda é a estimativa de aporte de R$ 2,9 bilhões em recursos extraorçamentários, oriundos de investimentos privados. Destacam-se, entre as metas físicas, a qualificação de empreendedores e as ações de qualificação turística do Prodetur, além de diversas intervenções relacionadas ao Salvador 360.

Outro programa que merece referência especial é o Salvador – Capital do Turismo, Cultura e Lazer, que contará com o aporte de R$ 582,5 milhões participando dos eixos Desenvolvimento Urbano e Econômico e Desenvolvimento humano. Entre as ações estão o desenvolvimento de atividades culturais e a realização do calendário anual de festas e eventos, o que inclui o Carnaval de Salvador. Em relação às atividades esportivas e de lazer, o programa Esporte, Inclusão e Cidadania contará com aporte de R$ 79,9 milhões para a requalificação de equipamentos esportivos, promoção de atividades e o fomento ao esporte nas comunidades.

No que se refere à promoção social, o programa Salvador Cidadã – Acolhedora, Justa e Igualitária vai contar com R$ 522,8 milhões para desenvolver ações como a ampliação do acesso a serviços pela população em estado de vulnerabilidade social e ações para manutenção de benefícios sociais, de abrigos e apoio à população de rua, combate ao racismo, defesa dos direitos da mulher, dentre outros. Por sua parte, o programa Cidade Sustentável e Resiliente contará com R$ 306, 4 milhões, com ações de

estabilização de encostas, ambientais, saneamento e preventivas de defesa civil.

No processo de construção do PPA 2018-2021, é importante destacar a imprescindível colaboração da população na discussão e apresentação de propostas, através do programa Ouvindo Nosso Bairro, uma iniciativa de escuta social que, iniciada na nossa primeira gestão, coletou milhares de propostas que já se traduziram em mais de 1,3 mil obras realizadas em todas as regiões da capital, sobretudo nas comunidades mais carentes. Neste segundo mandato, o diálogo, o engajamento do cidadão e o esforço coletivo para a busca de soluções para os problemas da Capital serão ainda mais fortalecidos.

Outro pilar da construção do Plano Plurianual foi a regionalização adotada para a sua implementação. O modelo das Prefeituras-Bairro logrou refletir a identidade do soteropolitano com a região onde reside, já que foi fruto de um minucioso levantamento, e constitui-se, ademais, em um instrumento estratégico de descentralização de serviços e programação de ações que se firmou como uma das marcas emblemáticas do primeiro quadriênio desta gestão.

Ressalte-se que a concepção do PPA 2018-2021 foi, em parte, inspirada pelo Programa Salvador 360, uma ousada iniciativa da Prefeitura no sentido de criar condições para que a capital dê um salto qualitativo em direção ao seu futuro, tornando-se uma cidade mais competitiva, economicamente mais dinâmica, mais eficiente, eficaz e efetiva na prestação de serviços públicos, menos burocrática e mais capaz de explorar os seus múltiplos potenciais. O Salvador 360 será viabilizado por oito eixos estratégicos que totalizam a execução de 360 ações, envolvendo os setores público e privado, convergindo com a inabalável disposição de dinamizar a economia de Salvador. Mais que um plano de governo, a iniciativa constitui-se, simultaneamente, em um plano de ação e em uma vigorosa estratégia de articulação que congregará os setores público e privado para alavancar as atividades produtivas na Capital.

Tiveram destaques ainda no Salvador 360, investimentos em tecnologia, qualificação de pessoal e aprimoramento de processos, o que inclui a desburocratização e o incentivo a novos investimentos. A expectativa é que, com a efetivação do Programa, a capital se aproxime do ideal almejado por todos, com mais equilíbrio social e espacial, mais oportunidades, maior inserção produtiva e maior competitividade.

Posso afirmar que o PPA 2018-2021 espelha a expectativa de Salvador de impulsionar seu desenvolvimento, atraindo investimentos, gerando emprego e renda, desconcentrando atividades produtivas, adotando modernas técnicas de gestão e tecnologia e, sobretudo, contando com as contas públicas saneadas, a partir da adoção da responsabilidade fiscal como princípio basilar da gestão.

Conscientes da expressão dos resultados alcançados em cinco anos desde o primeiro mandato, partilhamos com os dignos membros desta ilustre Casa legislativa a crença inabalável de que a primeira Capital do Brasil retornará ao seu patamar de relevância no cenário do país. Superaremos, com disposição e competência, quaisquer obstáculos que se apresentem em tão desafiadora conjuntura. Apresentamos, nessa perspectiva, o Plano Plurianual 2018-2021, confiantes de estarmos preparando Salvador para um salto em direção a um futuro melhor para toda a sua população.

Enunciados, assim, os motivos que embasaram a propositura e entendendo ser de suma importância para o desenvolvimento do Município, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dessa respeitável Casa Legislativa, para a democrática discussão por seus membros.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos seus ilustres pares, a expressão de minha melhor consideração.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Prefeito